

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2020.-----

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um (2021), às dezoito horas e quarenta minutos (18h40), no Plenário da Câmara Municipal de Salmourão, situado na rua Professor Roberto Hottinger, 70, realizou-se a Audiência Pública para Avaliação das Metas Fiscais do 3º trimestre de 2020, presidida pela Vereadora **Silvana Oliva Fernandes**, Presidente da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Também presentes os Vereadores Fernando Roçato, Carlos Pedro Gomes, Edson Pereira da Cruz, João Leme dos Santos, Wesley Barbosa, Leandro de Paula e Flávio Eduardo Rodrigues. Presentes ainda: Paulo Sérgio Cordeiro, Carlos Henrique Lopes Bogalhos e Onélio Colato. Representando a Prefeitura o Sr. Marcelo da Silva. Iniciando a audiência, a Presidente agradeceu a presença de todos e lembrou que os cidadãos também podem participar da audiência de forma virtual, através de link disponibilizado no site da Câmara Municipal. Lembrou também que a Comissão sugeriu a Prefeitura que esse tipo de audiência seja realizado durante o período noturno para que mais pessoas tenham a oportunidade de participar e que espera que no futuro essa atitude surta efeitos. Disse também que a audiência foi divulgada através de jornal, no site da Câmara e por afixação nos quadros de avisos da Câmara e da Prefeitura. Em seguida, passou a palavra ao representante da Prefeitura, Sr. Marcelo da Silva, para as suas considerações. O Sr. Marcelo distribuiu aos presentes demonstrativos que serão utilizados durante a apresentação. Em seguida, explicou que do valor previsto para a arrecadação municipal o município atingiu o índice de 96,85% e que o valor arrecadado ficou em 17.917.380,98. A despesa municipal, considerando a despesa liquidada, ficou em 18.057.300,42, com isso chega-se uma execução orçamentária deficitária em 139.919,44, caso seja considerada a despesa empenhada o deficit é de 499.635,80, porém, com relação a despesa paga houve um superavit de 54.692,38. O Sr. Marcelo explicou que o deficit orçamentário se deve a algumas despesas de convênio que foram empenhadas, liquidadas, ou seja, realizadas, mas que os recursos não foram repassados pelo governo, como é o caso de recapeamento de ruas, onde o recapeamento foi efetuado no exercício de 2020, ou seja, liquidada, mas os recursos só foram repassados no presente mês de fevereiro no montante de 319.349,75, como pode ser visto na relação de restos a pagar em aberto distribuído a todos os presentes. Com relação a execução financeira, a prefeitura encerrou o exercício com saldo positivo de 1.918.894,10, sendo 1.508.000,21 em contas vinculadas e 410.893,89 em conta movimento. Aproveitou para explicar rapidamente o que é conta vinculada e conta movimento. Sobre restos a pagar disse que a prefeitura encerrou com os seguintes valores 194.611,82 (processados) e 359.716,36 (não processados). Disse também que a Prefeitura tem se esforçado em melhorar a arrecadação própria e que houve um aumento no valor recebido de impostos de 8,16% acima do que foi previsto. Dando sequência, disse que o índice de despesa com pessoal ficou abaixo dos limites de alerta e prudencial, perfazendo 51,08%, com um receita corrente líquida de 16.850.240,80. Em seguida o Sr. Marcelo apresentou os dados referentes a aplicação na educação. Disse que o município aplicou em 2020 o percentual 32,39% de sua receita na educação, acima do mínimo obrigatório que é de 25%. Informou que a Prefeitura também aplicou 100% dos valores recebidos do Fundeb com magistério. Em seguida passou aos dados com aplicação na saúde, disse que os gastos com saúde aumentam numa proporção muito grande e que, por mais que se destine recursos, sempre faltará algo; então mostrou que a prefeitura aplicou 21,94% de sua receita em saúde, acima dos 15% exigidos. Terminada a explanação, a presidente deixou a palavra livre para os questionamentos. O vereador Leandro de Paula questionou sobre as despesas com covid-19 e sobre alguns recursos de merenda que foram devolvidos. O Sr. Marcelo disse que no portal transparência da Prefeitura existe uma aba onde estão todas as notas referentes a aplicação no combate a covid e que foram aplicados perto de 280.000,00 no exercício e que os recursos recebidos do estado foram realmente devolvidos, mas os recebidos do governo federal encontram-se no município e serão aplicados oportunamente. Os vereadores Flávio Eduardo e Wesley também participaram desta discussão. O vereador Flávio Eduardo e outros questionaram sobre o pagamento de precatórios. O Sr. Marcelo disse que a Prefeitura seguiu a planilha enviada pelo TJ/SP para pagamento dos precatórios e que o valor de gira em torno de 1.3000,00. Foi questionada sobre a despesa com Fundeb. O Sr. Marcelo explicou que em Salmourão o dinheiro do Fundeb não consegue sequer custear o total da despesa com magistério e que, em alguns momentos, alguns membros do magistério são pagos com verbas próprias dos 25% da educação, pois, para fechar a planilha do Fundeb

não pode haver diferença entre a receita arrecadada no fundo com a despesa empenhada no fundo. Disse também que a diferença da despesa liquidada com a paga no aplicação com educação se deve as obrigações patronais (INSS) que geralmente é pago no mês subsequente ao pagamento, ou seja, janeiro de 2021. A Presidente deixou a palavra livre para as considerações finais. Não houve o uso da palavra. Então a Presidente agradeceu a presença de todos e como não havia mais nada a tratar, encerrou a Audiência Pública e, para constar, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pela Presidente e demais membros da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Câmara Municipal em 22 de fevereiro de 2021.-----

SILVANA OLIVA FERNANDES
Presidente da Comissão

WESLEY BARBOSA
Membro